

AS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS E SUAS EXPERIÊNCIAS DE VIDA

Maria Aparecida de O. Souza
Universidade Federal de Pernambuco
Cidoka.cida@hotmail.com

A partir de 1982, no Sertão Central de Pernambuco, Nordeste do Brasil, as mulheres que trabalham na agricultura familiar foram conjugando os seus interesses, afinando os discursos e criando conexões, trocas e vínculos entre elas próprias e com outros atores sociais. Nos últimos vinte anos de organização das mulheres trabalhadoras rurais do Sertão Central de Pernambuco muitas ações e lutas foram desenvolvidas. As mulheres passaram a se posicionar como trabalhadoras rurais e a exigir a participação nas decisões que afetam as suas vidas, tanto na esfera pública quanto privada.

O Sertão é uma região com características heterogêneas e com profundas desigualdades sociais. Além disso, a ausência de uma política de desenvolvimento sustentável para o semi-árido, que tenha como eixo a luta contra a exclusão aliada à criação de alternativas econômicas locais condena a população pobre que vive da agricultura de subsistência a precárias condições de vida, que se agutizam nos períodos das secas. Essa é a imagem divulgada e cantada em verso e prosa, o sertão se define apenas pela sua natureza, a seca, a sua terra rachada. Traz em si o reverso das palavras da Carta de Pero Vaz de Caminha “nessa terra em se plantando, nada dá”, é o representante mor na discrição que faz Durval Muniz de Albuquerque em seu livro *A Invenção do Nordeste*:

O Nordeste dos homens que sempre passam pelo território alheio, que ganham o mundo, que são quase bichos, que possuem gestos hereditários, automáticos e só se dão bem com os animais. Homens submissos a Deus, à natureza, ao patrão e ao governo. Homens devorados por uma sociedade, em que eram impotentes para mudá-la. Sociedade em que a idade das mulheres se conta pelo número de filhos. Terra braba, terra de tiro e de morte, onde se faz aposta para ver de que lado o morto cairá e atira-se para ganhar a aposta. Espaço tecido de aventuras, nas páginas dos á-bê-cês. Nordeste, ficção de pobres. Local das lembranças de submissão ao senhor branco e dos negros que sonhavam com a mãe África (2009, p. 225).

São enunciados que reiteradamente repetido tem efeito de verdade. E que vai servir como argumento para justificar a miséria, a pobreza dos sertanejos, pois sendo “homens submissos a Deus, à natureza, ao patrão e ao governo” nada se pode esperar. Porém, existe o outro lado da mesma moeda descrito na máxima de Euclides da Cunha “o sertanejo é antes de tudo um forte.” (2004, p. 47). É a partir desses discursos que se inventa a tradição. Tradição que servira muitas vezes como indicativo para moldar os comportamentos dos sujeitos. Contudo, surge o Movimento de Mulheres que faz um deslocamento do lugar atribuído as mulheres do sertão.

Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central foi, para mim, uma porta aberta para o conhecimento. O lugar onde aprendi e conheci histórias e situações que eu achava que só comigo acontecia. Vi nesses movimentos que outras mulheres, como eu, eram aprisionadas em seu próprio lar e não tinham sequer o direito de falar ou lutar por seus objetivos. Vi que os momentos difíceis que vivi eram muito pequenos se comparados aos relatos de minhas companheiras. Elas, mulheres e trabalhadoras rurais, que por seus poucos conhecimentos eram discriminadas duas vezes: uma por ser mulher, e outra por ser da roça. (OLIVEIRA, 2004: 74).

“Os momentos difíceis que vivi eram muito pequenos se comparados aos relatos de minhas companheiras”, esse fragmento é revelador no sentido de mostrar o lugar de onde ela fala e como sua história se entrelaça as histórias de vida das suas companheiras, onde as dificuldades econômicas e familiares estão presentes na vida da maioria das mulheres sertanejas pobres. Ali as relações econômicas e de gênero ainda mantêm nítidos alguns traços da era colonial: de um lado, uma agricultura de subsistência; de outro, uma estrutura familiar patriarcal, na qual o trabalho duro das mulheres torna-se invisível, enquanto sua sexualidade e liberdade de ir e vir são altamente controlados. Condição esclarecida por Gildevan ao designar que o fato das mulheres trabalhadoras rurais terem poucos conhecimentos as levou a serem discriminadas duplamente: “uma por ser mulher, e outra por ser da roça”.

Ser mulher no sertão, no imaginário social representa a figura do feminino que passou boa parte de sua vida confinada ao ambiente da casa e subordinada à autoridade masculina. Essas são imagens propagadas e na maioria das vezes aceitas como representação cultural do sertão. Nesse ponto, considero importantes as análises feitas por Thompson quando nos alerta a tomar “cuidado com as generalizações, dos universais da ‘cultura popular’ e com o

próprio termo ‘cultura’, como sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto” (1998, p. 17). Até porque, a esta imagem de mulher sertaneja, outras se contrapõem, como aquelas que dizem respeito às mulheres de coragem, de resistência, de luta. Onde “ser mulher” é apenas uma “marca” dentre outras; é ponto de apoio temporário às posições de sujeitos; refere-se a uma condição historicamente construída; é discurso momentâneo dirigido a um público específico - o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

Dessa forma, pouco se tem atentado para o apagamento das múltiplas subjetividades pela noção de “coletivo” nos muitos movimentos que invocam o direito à autonomia e à equidade. O termo “mulher” pouco significa na representação das diversidades dos sujeitos, nós somos mulheres, mas não somos apenas isto, ou melhor, “se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é” (BUTLER, 2003, p. 20). É por meio das representações sociais que os sujeitos dão sentido ao mundo, uma vez que “elas circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais” (JODELET, 2001: 17-18).

Assim como Thompson fez ao analisar a cultura plebéia da sociedade inglesa, as mulheres trabalhadoras rurais também devem ser localizadas “dentro de um equilíbrio particular, de relações sociais, um ambiente de trabalho de exploração e resistência à exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência” (Idem, *ibidem*, p. 17). Nesse depoimento é possível perceber o lugar de fala desta mulher:

Desenvolvemos um novo jeito de pensar nossas vidas de mulheres rurais, nosso trabalho nossa alimentação. Ousamos pensar a vida a partir do que vivemos, de olhos bem abertos contra o racismo, os preconceitos e a discriminação de classe, gênero e raça. Estamos lutando contra todo tipo de violência, e contra tudo que possa nos oprimir ou desrespeitar como mulher e trabalhadora rural, nesses vinte anos de atuação (ALMEIDA, 2004, p. 15).

Esse discurso mostra o nível de preocupação e de organização do movimento. Nesse contexto, as experiências locais constituem em processo de aprendizagem, no sentido de desenvolver e fortalecer as organizações coletivas que representam a força das lutas pelos direitos frente a todo tipo de discriminação.

Nesse sentido, a depoente aponta os caminhos percorridos pelas mulheres nesse movimento no sentido de mostrar como as mulheres trabalhadoras rurais se situam dentro desse coletivo do movimento de mulheres do Sertão Central, pois as questões de gênero, raça, classe, entre outras são construídas na dinâmica das contradições sociais. Nessas contradições, encontram-se também as formas de organizações familiares estruturadas sobre a desigualdade de gênero, resultado de uma cultura produzida sob a ótica da dominação masculina.

A historiografia tradicionalmente tem tratado as mulheres rurais brasileiras como subordinadas, dentro de suas famílias, muitas vezes, passando direto da autoridade dos pais e dos irmãos para a dos maridos e dos filhos mais velhos. Sua sexualidade era um objeto central de vigilância; elas deviam subordinar o prazer à procriação. Tudo isso se manifesta como resultado de uma política de exclusão do feminino. Assim, segundo Swain “a instituição social do casamento e seu corolário, a maternidade, aparecem como elementos constitutivos do ‘ser mulher’ enquanto lócus ideal do feminino (2000, p. 54).

Essa política pode ser entendida como violência de gênero que é naturalizado, banalizado e se expressa no cotidiano de um grande número de famílias brasileiras. Essa violência é assim explicitada por Saffioti: “Se é verdade que a ordem patriarcal de gênero não opera sozinho, é também verdade que ela constitui o caldo de cultura no qual tem lugar a violência de gênero, a argamassa que edifica desigualdades varias, inclusive entre homens e mulheres” (2002: 8). Essas desigualdades têm influenciado historicamente a vida das mulheres e aparece de forma mais relevante quando somada a realidade social e econômica das trabalhadoras rurais do Sertão Central de Pernambuco. Por isso, é importante não perder de vista as histórias cotidianas dessas mulheres que é reflexo de tantas outras histórias de muitas outras mulheres.

Tem-se percebido, que as lutas enfrentadas pelas mulheres passaram a ser mais reconhecida, conquistando mais respeito e, assim, muitas reivindicações foram aceitas e concretizadas – como, por exemplo, o reconhecimento do trabalho da mulher na zona rural, o acesso a médicos, a educação dos filhos, entre outros. Com isso, o movimento de mulheres tem conseguido romper a condição de receptoras passivas, levando para o espaço público discussões antes vistas como inferiorizadas e encaradas negativamente como de competência doméstica.

Abordar as reivindicações das mulheres trabalhadoras rurais convergidas em movimentos específicos estaria além do intuito de instaurar supremacias ou essencializações. São tentativas de elaborar pensamentos menos pretensivos e mais provisórios sobre a localização das mulheres no sertão. Nada mais adequado do que fazer um deslocamento do lugar atribuído as mulheres trabalhadoras rurais do sertão a partir desse depoimento:

A gente trabalhava pro patrão, era escravizada, a gente aceitava de todo jeito que ele queria, aceitava isso antes do Movimento de Mulher. Nós mulheres não quer mais ser escravizada não, e nem cantada por patrão. Patrão canta a gente, a gente já sabe dizer a ele: você tem a terra, o corpo é meu (SILVA, 2004, p. 68)

Foucault, ressalta em suas análises que o corpo entra numa maquinaria de poder que o torna tanto mais obediente quanto útil, deixa claro que o exercício do poder molda os corpos para que eles atuem como se deseja, para que eles façam o que se quer. As tecnologias de disciplina dos corpos, evidenciadas e ressaltadas por Foucault, são retomadas em trabalhos que visam detectar como estas agem no sentido de construir corpos “dóceis”.

Neste sentido, por meio desse recorte é possível observar que o uso das palavras: “escravizada”, “você tem a terra, o corpo é meu”, traz uma estreita ligação com as análises feministas que denunciam a sociedade androcêntrica e seus mecanismos de cooptação das mulheres. Quando menciona o termo “o corpo é meu”, esta falando a partir de uma posição ativa e criadora, através da desobediência ao modelo estabelecido. Na busca da autonomia elas participam do Movimento de Mulheres que propiciam uma modificação na auto-representação das mulheres auto-identificadas como trabalhadoras rurais.

A reprodução discursiva das categorias nas falas de muito desses sujeitos é às vezes alimentada por representações que estão atreladas à percepção da materialidade corporal, onde as relações afetivas e sexuais são baseadas no poder do homem sobre a mulher. Assim, é necessário levar em conta que a identidade sexual está socialmente embasada na “consciência individualista da vivência psicológica do sexo biológico” (MATHIEU, 1991:232).

Assim sendo, é interessante destacar a análise que fez Simone de Beauvoir em 1949 no seu livro “O Segundo Sexo”, embora não atentasse ainda para diversidade do termo “mulher”, suas reflexões são coerentes quando as tomamos para analisar as situações das

mulheres no tempo presente, pelos menos daquelas mulheres que se encontram ancoradas na idéia de que existe uma essência feminina, para a autora:

A sujeição da mulher à espécie, os limites de suas capacidades individuais são fatos de extrema importância: o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa nesse mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade: a biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o Outro? Trata-se de saber como a natureza foi nela revista através da história: trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana (1991: 57).

As teorias feministas denunciam os processos de instituição de um mundo binário, “natural” - onde os sexos estão determinados e separados com papéis e comportamentos específicos e oposto. Nessa perspectiva, os estudos feministas surgem como desestabilizadores dessas “verdades históricas” e assim,

fizeram ser aceita a idéia de que não era mais possível pensar e agir no mundo como antes, isto é, ‘de maneira que detrás da categoria abstrata do humano universal apague-se sistematicamente, exclua-se ou recuse-se as experiências da metade ou mesmo da maioria do gênero humano’” (DESCARRIES, 2000: 11).

Deste modo, colocaram em evidência o que era oculto ou invisível, descortinaram “os efeitos perversos de uma organização social, na qual os lugares e as atividades dos indivíduos são naturalizadas e hierarquizadas segundo o pertencimento a um sexo ou outro” (Idem, *Ibidem*, p. 10).

O empoderamento¹ efetivo das mulheres deriva de uma modificação e desconstrução dos atuais esquemas políticos e sociais, através da participação ativa em movimentos, da atuação nas instâncias governamentais e não governamentais e também com a criação de organizações. Tais aspectos correspondem às alternativas de sobrevivência de várias mulheres e suas famílias, pois levam demandas do âmbito privado para os espaços públicos,

¹ Ana Alice Costa explica que o conceito de empoderamento surgiu nos Estados Unidos nos anos 70, com o movimento pelos direitos civis, por meio da bandeira do poder negro, como forma de autovalorização da raça e conquista da cidadania plena. Nesse mesmo período, o movimento feminista também se apropria do termo. Para as feministas, o *empowerment* compreende a alteração radical dos processos e estruturas que reduzem a posição de subordinação das mulheres como gênero. “As mulheres tornam-se empoderadas por meio da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais” (COSTA, 2007: 2).

influenciando nos processos de tomadas de decisões. Um exemplo deste empoderamento é a Carta das mulheres rurais de Salgueiro de março de 2005 que diz:

As mulheres trabalhadoras rurais do município de Salgueiro reuniram-se em suas comunidades para discutirem sobre direitos humanos, dando ênfase a causa feminina, nos seguintes aspectos: saúde, segurança, geração de renda, educação, saneamento básico, discriminação racial, direitos da criança e do adolescente, transporte, acesso a terra. Após análise da conjuntura atual, dos pontos supracitados as mulheres apresentaram sugestões e reivindicações: combater a violência sexual e doméstica; fazer valer a igualdade de gênero e de raça; capacitar as mulheres para produzirem, utilizando matéria-prima local: umbu, fibra, argila e etc (2005, p. 1).

Por essa carta é possível compreender o nível de preocupação e de organização do movimento. Nesse contexto, as experiências locais constituem em processo de aprendizagem, no sentido de desenvolver e fortalecer as organizações coletivas que representam a força das lutas pelos direitos frente aos poderes públicos.

Entre o silêncio histórico que tenta situar as mulheres rurais do sertão na condição de invisíveis em um mundo atravessado por relações machistas, onde os sujeitos são construídos pela força da exclusão, narradas a partir do estranhamento que instaura as mulheres sertanejas no campo do “não ser” e do “não dito”, é necessárias pensar os sentidos produzidos pelo movimento de mulheres trabalhadoras rurais na construção de um sujeito político e na busca pela “visibilidade”. Nesse sentido, esclarece Ginzburg, “o estranhamento é um antídoto eficaz contra um risco a que todos nós estamos exposto: o de banalizar a realidade (inclusive nós mesmos)” (2001, p. 41).

A história do domínio patriarcal é “cantado em verso e prosa” como definidor das relações familiares e da submissão das mulheres do sertão, contudo, creio que todo pensamento hegemônico merece ser problematizado, até porque como afirma Robert Darnton “talvez a vida seja um feixe de contradições, e a tentativa de impor coerência a ela seja um equívoco” (2005, p. 200).

É possível argumentar, através de análises que ousam desafiar a “ordem do discurso”, fundador de certezas, que as fontes históricas estariam cheias de indícios sobre as ações das mulheres, nos mais variados aspectos, as quais foram apagadas pelos historiadores.

Tais indícios até hoje permanecem atravancados pelo peso do imaginário constituído pelas representações das mulheres como seres frágeis, dependentes e incapazes.

Vejamos outro depoimento:

Foi realmente um momento emocionante, porque só Pernambuco levou uma tese daquela natureza para ser defendida em um congresso de trabalhadores rurais em Brasília. Fui escolhida para defender a tese, tivemos a alegria de transmitir aos trabalhadores e mostrar com garra a necessidade de participação da mulher no movimento sindical. Fiquei muito feliz com essa defesa porque passou por unanimidade. Na Comissão de Sindicalismo a única mulher que defendeu a luta, a participação foi eu (Dona Lia, 2004, p. 27).

È significativo a atuação e a força demonstrada por Dona Lia em um congresso que ela era a única mulher, mas naquele momento o que mais contava é que ela era a defensora da tese da participação das mulheres no sindicato. Segundo Deere (2007: 6), a força do MMTR deve-se à simbiose que existe, em Pernambuco, entre o MMTR e os sindicatos rurais locais, o que, provavelmente, contribuiu para fortalecer as mulheres rurais, colocando-as numa melhor posição para reivindicar seus direitos a terra, quando há oportunidade.

Orlandi, sugere que “os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos” (2003, p. 30). Assim, esse discurso reflete as representações sociais construídas ao longo do tempo a cerca desses sujeitos, no entanto, Certeau nos alerta dizendo que “o acontecimento abala, portanto, toda a estrutura do saber assim como a da sociedade” (1995, p. 171-172). Assim sendo, ao trazer as práticas do MMTR para o estatuto do discurso, tento analisar como esse movimento foi elemento significante na construção desse sujeito político, e destabilizador da condição de “assujeitamento” das mulheres.

Para tanto, algumas mulheres merecem serem lembradas por se destacarem na luta em busca de reverter a sua condição. Aquatune – princesa negra do congo, transformada em escrava no Brasil, que organizou a fuga de muitos escravos de Porto Calvo para o Quilombo de Palmares-, Tia Ana que liderou uma revolta de escravo que aconteceu em uma fazenda no interior do Ceará e que levou a fuga de todos os cativos e Francisca Ferreira e Mendecha que no século XIX junto com mais quatro mulheres fundaram a comunidade de Conceição das Crioulas.

Para que esses exemplos não funcionem como figura de exceção, é importante lembrar algumas mulheres e suas lutas travadas no tempo presente, como Maria da Penha do Nascimento, que sucedeu Margarida Maria Alves na presidência do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (PB), Vanete Almeida assessora e fundadora do MMTR do Sertão Central, Valdeci Maria da Silva da Comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas é uma das representantes de Salgueiro nesse movimento e Vera Santos e atualmente a presidente do Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais de Salgueiro, outra mulher que vale apenas destacar pela sua fibra e coragem é Cleuza Pereira, eleita pela segunda vez como prefeita de Salgueiro.

Nesse ponto, é importante fazer uma reflexão sobre as idéias de Said quando ele fala sobre “o modo de intervenção intelectual”, da vontade que se tem de que nosso trabalho seja apresentando de um lugar onde ele encontre eco e que isso possa de alguma forma influenciar “um processo contínuo e real”, então o autor acrescenta: “sim, a voz do intelectual é solitária, mas tem ressonância só porque ela se associa livremente à realidade de um movimento, às aspirações de um povo, à busca comum de um ideal partilhado” (Said, 2005, p.103).

A significativa participação e atuação das mulheres nessa região é revelador da capacidade organizativa desses sujeitos sociais, que indica a não submissão à mera condição de seus papéis “generalizado”. Assim, esse cotidiano de reinvenção das inúmeras experiências desses sujeitos foi sendo interpretado e evidenciado com o objetivo de demonstrar que houve um processo cumulativo nessa forma de resistir. Com um olhar mais demorado será possível “destrinchar esse complexo emaranhado de acontecimento” (Ginzburg, 2007. p. 211) , e assim encontrar “o fio e os rastros”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 4. ed. Ver. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. MOVIMENTO DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS. **Uma história de mulheres**: uma história da organização do movimento de mulheres trabalhadoras rurais do sertão central de PE. 2 ed. Serra Talhada, 2004.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo 1**. Fatos e Mitos. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1991.

BUTLER, Judith. **Problema de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CERTEAU, Michel. **A cultura no plural**. Tradução Enid Abreu Dobránszky. Campinas-SP: Papirus, 1995. (Coleção Travessia do Século).

COSTA, Ana Alice. **Gênero poder e empoderamento das mulheres**. Disponível em: http://www.agenda.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-20Ana%20Alice.pdf. Acessado em: 2 out. 2007.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões.** Disponível em:
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bnoo01>. Acesso em 2 março 2010.

DARNTON, Roberto. **Os dentes falsos de George Washington:** um guia não convencional para o século XVIII. Tradução José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DEERE, Carmen Diana. **Diferenças regionais na reforma agrária brasileira: gênero, direitos à terra e movimentos sociais rurais.** Disponível em:
<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezoito/carmem18.htm>>.
Acessado em: 4 out. 2007.

DE LAURETIS, Teresa. **A tecnologia do gênero.** In: HOLANDA, Heloisa B. de (org). Tendências e impasses. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

DESCARRIES, Francine. **Teorias Feministas: liberação e solidariedade no plural.** In SWAIN, Tânia Navarro Feminismos: teorias e perspectivas. Textos de História. Revista da pós-graduação em História da UNB. Volume 8, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Loyola: São Paulo, 1996.

_____. **Microfísica do poder.** Roberto Machado (Org. e Trad.). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GINZBURG, CARLO. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância.** Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício.** Tradução de Rosa Freire e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JODELET, Denise. (org.). **As Representações Sociais.** Trad. Lílian Ulup. Rio de Janeiro: Eduerj. 2001.

MATHIEU, Nicole-Claude. **“L’anatomie Politique”**: categorizations et ideologies du sexe. In: DAUNE-RICHARD at all. Aix-en-Provence, Université de Provence, 1989.

Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central - Salgueiro; Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais de Salgueiro; Associação Quilombola de Conceição das Crioulas. **Carta das mulheres rurais de Salgueiro**. Salgueiro, 2005.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso. Princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2003.

_____. **Discurso Fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. 3^a edição. Campinas, SP: Pontes, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Contribuições feminista para o estudo da violência de gênero**. Labrys, estudo feminista número 1-2, julho/dezembro 2002. Disponível em: <www.unb.br/ih/his/gefem> Acesso em 22 de jun. 2007.

SAID, Edward W. **Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993**. Tradução Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e realidade. Porto Alegre. V. 16, n. 02, p. 5-22, jul/dez, 1990.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SWAIN, Tania Navarro. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. In: _____ (org.). **Feminismo teorias e perspectivas**. textos de história: revista do programa de pós-graduação em história da UnB, vol. 8, n.1/2. Brasília: UnB, 2000.